



COMITÊ ORIENTADOR DO FUNDO AMAZÔNIA

Registro de Encaminhamentos e Temas – RET da 21ª Reunião
BNDES, Av. República do Chile, 100 / 22º andar – Rio de Janeiro
02 de dezembro de 2016 – 9h30 às 17h

- 9h30 Abertura**
Everton Lucero, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental,
Ministério do Meio Ambiente
Marilene Ramos, Diretora da Área de Gestão Pública e Socioambiental do BNDES
- 10h** Aprovação do Registro de Encaminhamentos e Temas (RET) da 20ª Reunião
- 10h30 Tema de Pauta 1:**
Balanço de atividades e carteira atual do Fundo Amazônia – BNDES (manhã)
- 11h Apresentação de Informes:**
Informe sobre a 22ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro sobre
Mudança do Clima (COP 22)
Primeiro ano da Estratégia Nacional para REDD+ do Brasil (ENREDD+)
Reunião anual com os doadores do Fundo Amazônia de 2016
Oficina "Fundo Amazônia: desafios e perspectivas", realizada em 07.10.2016
Alterações introduzidas pelo Decreto nº 8.773/2016 ao Decreto nº 6.527/2008, que
dispõe sobre o Fundo Amazônia
Apresentação da Plataforma "INDICAR"
- 13h Almoço**
- 15h Tema de Pauta 2:**
Apresentação da 4ª fase do Plano de Ação para Prevenção e Controle
Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)
Discussão sobre as diretrizes do COFA para o próximo biênio 2017 – 2018.
- 16h30 Encaminhamentos**
Definição de data da próxima reunião do COFA
- 17h Encerramento e café de despedida**

Foi distribuída aos participantes uma pasta contendo o seguinte material de apoio:

Material de Apoio

1

- Agenda da Reunião
- RET da 20ª Reunião do Comitê Orientador do Fundo Amazônia

2

Tema de Pauta 1

- Balço de atividades e carteira atual do Fundo Amazônia
- Apresentação (PPT)

3

Tema de Pauta 2

- Apresentação da 4ª fase do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)

Informes

4

- 22ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima (COP 22)
- Primeiro ano da Estratégia Nacional para REDD+ do Brasil (ENREDD+)
- Reunião anual com os doadores do Fundo Amazônia de 2016
- Oficina "Fundo Amazônia: desafios e perspectivas", 07.10.2016
- Alterações introduzidas pelo Decreto nº 8.773/2016 ao Decreto nº 6.527/2008, que dispõe sobre o Fundo Amazônia
- Apresentação da Plataforma "INDICAR"

5

- Regimento Interno do Comitê Orientador do Fundo Amazônia
- Diretrizes e Critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia e focos de atuação para o biênio 2015 e 2016



Abertura dos trabalhos

A reunião foi iniciada com as saudações e boas vindas aos presentes pelo Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Everton Lucero, que informou terem sido publicados os dados preliminares do desmatamento da Amazônia legal de 2016, que revelam um aumento de 29% da área desmatada, atingindo um total de 7989 km².

Nesse contexto, destacou a preocupação com a retomada da alta do desmatamento na região e salientou a necessidade de se empregar todos os meios e instrumentos disponíveis para assegurar a redução dessa taxa. Mencionou que esse dado orientará os debates da reunião e também a própria atuação do Fundo Amazônia, como um instrumento central da política do MMA no combate ao desmatamento.

Por outro lado, sinalizou a oportunidade de preparação para esse combate com a atualização das políticas e dos instrumentos existentes, sendo o principal deles o PPCDAm, cuja nova fase, construída coletivamente com diversos setores e órgãos de governo, será publicada em breve. Afirmou ser relevante considerar as novas diretrizes, novos objetivos e resultados esperados do PPCDAm como um insumo válido e essencial para as diretrizes do COFA e para o trabalho do Fundo Amazônia.

Comunicou que o Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, avalia que as novas taxas de desmatamento resultaram de um período que aliou crise política à crise econômica, com os estados – que têm responsabilidade na fiscalização, sobretudo em áreas privadas – em dificuldades financeiras, o que acabou gerando uma percepção de ausência do setor público na fiscalização.

Nesse contexto, esclareceu que houve contingenciamento orçamentário para órgãos de fiscalização, o que também teria contribuído para o repique no desmatamento. Informou que já houve um reposicionamento nos orçamentos dos órgãos federais, o que impactará na redução das taxas de desmatamento, em particular no caso do MMA – que está aparelhado para fazer o necessário em termos de comando e controle e de fiscalização – do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e também do Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

Relatou que, paralelamente, o MMA está engajado em outras iniciativas como, por exemplo, a publicidade dos dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR), uma demanda da sociedade civil por mais transparência. Salientou que os únicos dados que permanecem no módulo reservado se referem a pessoas físicas e dependem de avaliação jurídica quanto à viabilidade de torná-los públicos. Informou, então, que os dados do novo módulo e o site já estão disponíveis para consulta pública e que há um módulo mais reservado sendo compartilhado com os estados para auxiliar no processo de fiscalização. Comunicou que o MMA entende o CAR como um instrumento essencial do Código Florestal para o combate ao desmatamento. Destacou que a primeira fase, considerada concluída, se constituiu no



carregamento de dados, atingindo 99% das propriedades e posses rurais. Relatou que a nova fase exigirá o uso dessa base de dados para a aplicação das políticas e da normativa existente como ferramenta de apoio importante e lembrou que, como o cadastro é dinâmico, sempre estará sujeito a atualizações.

Em seguida, Everton Lucero (MMA) passou a palavra para a Diretora da Área de Gestão Pública e Socioambiental (AGS) do BNDES, Marilene Ramos.

Marilene Ramos (BNDES) saudou os presentes e reiterou seu comprometimento em fazer com que o Fundo Amazônia seja um mecanismo efetivo para auxiliar o desenvolvimento sustentável na Amazônia, a redução do desmatamento, a geração de emprego e renda e apoiar as comunidades locais, estados, municípios e órgãos federais. Comunicou que a Presidente do BNDES, Maria Sílvia Bastos Marques, tem dado atenção especial ao Fundo, que ocupa espaço relevante na agenda da instituição. Anunciou a manutenção de toda a equipe, em reconhecimento ao bom trabalho na gestão dos recursos de forma transparente, buscando efetividade e auxiliando os beneficiários a estruturar melhor seus projetos e informou que o BNDES vem discutindo com diversos setores sua atuação no tema.

Relatou buscar a colaboração com o Ministério do Meio Ambiente para alinhar as estratégias que possibilitem maior efetividade do Fundo Amazônia. Mencionou expectativa em relação à nova fase do PPCDAM e a consequente revisão pelo COFA das diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia.

Marilene Ramos (BNDES) anunciou a anuência dos doadores na extensão do prazo de utilização de recursos do Fundo Amazônia de 2020 para 2030, o que trará mais tranquilidade para o avanço e a aprovação de projetos mais longos. Informou que a Noruega anunciou a transferência de mais R\$ 360 milhões ainda em 2016.

Comentou que em outubro do corrente ano foi realizada a reunião anual com doadores em Oslo, Noruega. Informou que nessa ocasião o Ministro de Clima e Ambiente da Noruega, Vidar Helgesen, questionou o repique no desmatamento, mas com uma postura solidária e de confiança no trabalho realizado e destacou a demanda do apoio do Fundo Amazônia ao setor privado. Marilene Ramos (BNDES) expressou ser esse um tema a ser discutido e relatou que o BNDES e o Ministério do Meio Ambiente pretendem formular uma proposta para a atuação junto ao setor privado no primeiro semestre de 2017.

Externou preocupação com a velocidade da aplicação dos recursos já aportados e os problemas apresentados pelos beneficiários na prestação de contas; mas principalmente com a falta de capacidade gerencial dentro dos órgãos públicos. Informou que uma das medidas seria prover apoio gerencial para cada órgão público beneficiário do Fundo Amazônia por meio de organismos internacionais, ou da reserva de um pequeno percentual do projeto que seria destinado à contratação de apoio gerencial.



Destacou a estratégia do BNDES em buscar ampliar o leque de entidades parceiras com capilaridade, já que a instituição tem uma equipe restrita.

Considerou importante ressaltar também a atuação do Fundo Amazônia em terras indígenas por meio do apoio à Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI e relatou a importância da ampliação da atuação do Fundo em unidades de conservação (UCs) e em assentamentos rurais. Finalmente registrou que para o BNDES é essencial aumentar o número de projetos, com mais efetividade e celeridade, promovendo a queda do desmatamento, gerando trabalho e renda e proporcionando condições adequadas de vida para a população local.

Everton Lucero (MMA) propôs uma inversão de pauta: o tema de pauta 2 (apresentação da 4ª fase do PPCDAm) seria apresentado logo após o tema de pauta 1 (antes da apresentação dos informes). Estando todos de acordo, a alteração de pauta foi aprovada.

1. Discussão e aprovação do RET da 20ª Reunião do COFA

Everton Lucero (MMA) perguntou aos membros do Comitê se haveria alguma proposta de ajuste ou de aprimoramento na redação do RET da 20ª reunião do COFA. Como não houve proposta de modificação, foi aprovado por unanimidade o RET 20ª reunião do COFA.

2. Balanço de atividades e carteira atual do Fundo Amazônia – BNDES

Gabriel Visconti (BNDES) inicialmente mencionou que o Fundo Amazônia representou um aprendizado tanto para o BNDES quanto para seus beneficiários. Lembrou a trajetória de criação do Fundo, em 2008, passando pela assinatura do primeiro contrato de doação com a Noruega, em 2009, e com a Alemanha, em 2010, ano da criação do site do Fundo Amazônia, até 2011, quando a Petrobras passou a doar recursos para o Fundo. Relatou que a criação do Fundo Amazônia ensejou a criação da área de meio ambiente do BNDES, hoje área de gestão pública e socioambiental (AGS).

Destacou a realização do Amazon Day em Londres, em 2015, e a realização de seminário sobre o Fundo Amazônia em Oslo no presente ano. Informou a intenção de reeditar o Amazon Day em Berlim, em 2017. Citou também a participação no Global Landscapes Forum (GLF), na 21ª Conferência das Partes (COP-21), destacando a apresentação da chefe de departamento do Fundo Amazônia, Juliana Santiago, convidada posteriormente para participar do encerramento do evento.

Informou que em 2016, o Fundo Amazônia atingiu a marca de 85 projetos e R\$ 1,4 bilhão de apoio financeiro a projetos, com um total captado de R\$ 2,8 bilhões, majoritariamente proveniente da Noruega, tendo o KfW e a Petrobras papel relevante. Citou também os US\$ 600 milhões comprometidos por parte da Noruega e os € 100 milhões da Alemanha, que representam o reconhecimento do sucesso dessa parceria, que no caso da Noruega foi estendida não apenas em valores financeiros, mas também em relação a prazo, com a



extensão do contrato por dez anos. Ressaltou também a importância da cooperação técnica com a GIZ.

Passou em seguida a relatar os resultados do Fundo Amazônia, conforme eixos de atuação. Destacou que o maior volume e a maior quantidade de projetos estão concentrados nos eixos monitoramento e controle e atividades produtivas sustentáveis, sem prejuízo do apoio também relevante aos eixos de ordenamento territorial e desenvolvimento científico e tecnológico.

Sublinhou que o apoio a atividades produtivas sustentáveis permite maior capilaridade do Fundo Amazônia, alcançando instituições pequenas e populações tradicionais. Mencionou os cinco projetos com organizações aglutinadoras que permitem que outras 248 instituições sejam beneficiadas com recursos do Fundo e que, por meio da chamada pública de projetos produtivos sustentáveis, 95 instituições acabaram sendo beneficiadas pelos 13 projetos selecionados. No total, 343 instituições parceiras foram apoiadas indiretamente por meio de entidades aglutinadoras.

Prosseguiu informando alguns resultados obtidos com o apoio às atividades produtivas sustentáveis, destacando que 72 mil pessoas já foram diretamente beneficiadas pelos projetos apoiados pelo Fundo. Como indicadores da efetividade desse apoio mencionou que os projetos apoiados geraram em dois anos R\$ 40 milhões em receitas com a comercialização de produtos da sociobiodiversidade e que as atividades extrativistas abrangeram nove milhões de hectares de floresta manejada. Esclareceu que esses dados derivam dos quadros lógicos dos projetos que possibilitam a agregação de dados parciais ou finais.

Em relação ao eixo monitoramento e controle, Gabriel Visconti (BNDES) ressaltou o Cadastro Ambiental Rural (CAR) como destaque em termos de política pública apoiada pelo Fundo Amazônia. Informou que o CAR está presente em 14 projetos apoiados, no valor total de R\$ 236 milhões, e mencionou que há quatro novos projetos em análise. Declarou que os números são favoráveis, mas que ainda há alguns estados com percentuais não desprezíveis a serem cobertos em termos de número de propriedade e área. Enfatizou que a tendência é que um número maior de projetos seja aprovado até o final do prazo legal previsto para que todas as propriedades do país estejam cadastradas.

Afirmou ainda que o apoio a povos indígenas é outra vertente relevante do Fundo, com R\$ 156 milhões destinados a povos indígenas e mais R\$ 11 milhões em projetos em análise no âmbito da Chamada PNGATI, que visa apoiar a implementação dos planos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas. Informou que aproximadamente 55% das terras indígenas da Amazônia contam com algum projeto do Fundo Amazônia.

Passou, então, a discorrer sobre as aprovações em 2016. Informou a aprovação de três projetos da chamada PNGATI: Instituto Socioambiental (ISA), Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB); relatou a aprovação de dois



projetos com estados: CAR Ceará e Paraná. Mencionou a aprovação de um projeto com o terceiro setor: Fundação Amazonas Sustentável (FAS) e a expectativa de aprovação de outros dois projetos. Com a União, mencionou o projeto de monitoramento recém-aprovado com o Ibama.

No contexto da percepção externa do Fundo Amazônia, Gabriel Visconti (BNDES), relatou a avaliação *ex post* realizada pelo KfW, em 2016, que assinala a motivação e a dedicação da equipe técnica do Fundo e o elevado padrão alcançado na apresentação de suas informações, seu processo de monitoramento e sua transparência.

Mencionou também uma reportagem do Financial Times sobre o apoio da Noruega a vários países na qual o Brasil ganha destaque como ponto positivo e um relatório de avaliação norueguês sobre o Fundo Amazônia no qual são observados a boa gestão, governança, transparência, comunicação e a participação ativa da sociedade, dos governos e dos estados.

Salientou, em termos de desafios, a necessidade de apoiar projetos em assentamentos rurais com presença de atividades ilegais que produzem desmatamento no entorno da BR 163; a ampliação de iniciativas de gestão compartilhada de UCs em face das restrições para a contratação de servidores pelo setor público e o auxílio para que o país atinja a meta estabelecida na sua NDC de reflorestamento de 12 milhões de hectares de florestas até 2030. Como proposta, mencionou a importância das chamadas públicas via parceiros estratégicos nos temas supracitados.

Marilene Ramos (BNDES) defendeu a proposta das chamadas públicas e declarou que o setor privado pode ser envolvido na restauração, sobretudo na silvicultura econômica.

Em relação a populações indígenas, Gabriel Visconti (BNDES) informou a intenção de ampliar esse apoio de forma direta, salientando que hoje há apenas um projeto nesse molde, com os Ashaninka, bem-sucedido e com execução satisfatória. Mencionou a intenção de intensificar o diálogo com a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (Coiab) e com as entidades representadas no Comitê Gestor da PNGATI e fazer a interlocução com a Fundação Ford, The Nature Conservancy (TNC) e outros atores a respeito do desenho mais adequado de projeto que permita pavimentar o apoio direto a organizações indígenas.

Marilene Ramos (BNDES) acrescentou que o apoio aos povos indígenas foi discutido no seminário sobre o Fundo Amazônia, em Oslo, e defendeu uma maior flexibilidade na execução de projetos por associações indígenas. André Ferro (BNDES) informou que o BNDES tem realizado a discussão sobre a ampliação desse apoio com as entidades indígenas e com a própria Fundação Nacional do Índio (Funai) e mencionou que nos dois últimos dias foi realizada uma oficina de capacitação pelo órgão destinada à equipe do Fundo e que os conhecimentos transmitidos vão subsidiar essa ação.



Gabriel Visconti (BNDES) prosseguiu ressaltando a importância da participação do MMA e da Funai no apoio aos indígenas. Mencionou também o desafio de coordenar projetos interestaduais, com participação de entes públicos e privados, incluindo apoio logístico para ações de fiscalização. Informou que a Diretora Marilene Ramos (BNDES) vem conversando com a Embaixadora da Noruega e com o Ministro José Sarney Filho e outros membros do MMA sobre esse assunto.

Rogério Campos (Roraima) ressaltou a necessidade de serem realizados investimentos para o combate de incêndios florestais previamente à ocorrência de desastres como os que o estado de Roraima experimentou no ano.

Gabriel Visconti (BNDES) afirmou que o Ibama, o MMA e o BNDES estão trabalhando em um plano estruturado que contará com recursos do Fundo Amazônia para articular uma atuação conjunta voltada para ações de monitoramento e fiscalização ambiental. Finalmente destacou o desafio de engajar o setor privado na estruturação de uma economia de base florestal sustentável (madeira e não madeira).

Marilene Ramos (BNDES) comentou, nesse âmbito, que já conversou com o ministro de Minas e Energia, Fernando Bezerra Coelho Filho, sobre a possibilidade de instalação de térmicas a madeira perto das linhas de transmissão na Amazônia. Explicou que, como há a necessidade de restauração de 12 milhões de hectares em áreas que não sejam de preservação permanente (APP), reserva legal ou similar, a térmica seria perfeitamente equilibrada do ponto de vista ambiental, sendo positiva em termos de captura de carbono e podendo funcionar como reservatório para equalizar a produção de energia. Informou ainda que seria realizado um leilão específico no qual o Ministério de Minas e Energia compraria a energia gerada, que entraria na base do sistema. Para isso, os recursos do Fundo Amazônia poderiam ser utilizados em um fundo rotativo.

Gabriel Visconti (BNDES) também comunicou que há ideias de estruturação de fundos de *risk sharing* para oferecer ao setor privado alguma garantia para introduzir populações tradicionais na sua cadeia de produção, via capacitação, melhorias técnicas e uma série de instrumentos de mercado. Informou a intenção de realizar um workshop com atores-chave para a formulação de propostas para a atuação do Fundo Amazônia junto ao setor privado devido à dificuldade de utilizar recursos não reembolsáveis com esse segmento.

Marilene Ramos (BNDES) mencionou que a proposta inclui avaliar a viabilidade de fazer nesses casos operações reembolsáveis com recursos do Fundo Amazônia, assim como outras fontes de financiamento do BNDES.

Marcelo Creão (Amapá) advertiu que a proposta pode acarretar a substituição de gado por floresta para a geração de energia e, assim, estimular indiretamente novos desmatamentos. Afirmou que os estados poderiam vislumbrar alguns projetos pilotos na linha colocada por Marilene Ramos (BNDES), mas que será necessária a revisão do pacto federativo para que o ICMS



dessa geração fique nos estados geradores e não nos que consomem a energia elétrica gerada. Ou seja, é necessário pensar um modelo de sustentabilidade com retorno para os estados.

Mário Augusto Cardoso (CNI) abordou a questão do apoio gerencial à execução dos estados, destacando que o BNDES deve atuar para fortalecer e capacitar aqueles que enfrentam essa dificuldade que remonta ao programa Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7).

Prosseguiu, destacando que R\$ 240 milhões foram destinados ao apoio a projetos relacionados ao CAR, e que é necessário avaliar o que isso representa em termos de área cadastrada.

Em relação ao compromisso de restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas, salientou a importância de diferenciar a restauração do reflorestamento. Afirmou que hoje há 7, 8 milhões de hectares de florestas plantadas de eucalipto e pinus no país e que já existe indústria para absorver essa matéria-prima. O excedente de eucalipto ultrapassa um milhão de hectares sem destinação. Enfatizou, desse modo, a importância da demanda, não do plantio. Citou o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg) – cujo decreto ainda não foi publicado – que apresenta em termos de escala uma expectativa de plantio de restauração de 390 mil hectares nos primeiros cinco anos. Lembrou que a NDC remete a um período de mais 13 anos (2017 a 2030), sendo difícil alcançar esse plantio no tempo fixado. Desse modo, afirmou ser necessária a revisão das escalas e das estratégias.

Em relação à economia de base florestal, afirmou ser o BNDES um ator importante, mas que é de suma relevância manter o diálogo com o Serviço Florestal Brasileiro, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal (FNBF) e a Câmara Setorial de Florestas Plantadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); atores que já iniciaram e mantêm um diálogo sobre o tema.

Mário Augusto Cardoso (CNI) prosseguiu afirmando que há várias possibilidades no âmbito da geração de energia, mas também dificuldades. Sublinhou que seria benéfico ter o BNDES inserido nessa discussão. Comunicou que o MMA foi instado a participar mais desses fóruns de debate juntamente ao Ministério da Agricultura onde o tema da floresta plantada se concentra e que a CNI está fazendo uma parceria entre a indústria e o ministério para casar a questão da produção florestal com a demanda da matéria-prima para a indústria a fim de evitar o excedente florestal, que desacredita o plantio de floresta para qualquer finalidade.

Justiniano Netto (Pará) salientou, no âmbito do balanço de atividades do Fundo e da reflexão sobre as diretrizes para 2017, a importância de se observar o painel de resultados no qual o principal indicador é a taxa de desmatamento. Ressaltou que com a taxa preliminar do Prodes, o momento é de urgência. Registrou que o Pará responde por quase 40% do desmatamento da Amazônia, sendo o estado que mais desmata, com o dobro do segundo colocado. Mencionou que Pará, Mato Grosso, Rondônia e Amazonas foram responsáveis por mais de 80% do desmatamento anual em 2016 e que há uma nova dinâmica de desmatamento na região que deve ser observada pelo Fundo Amazônia.



Lembrou que o mês de dezembro marca a metade do calendário do desmatamento do próximo ano, iniciado em agosto, e que os dados não são animadores. Ressaltou que a melhoria de cenário em 2017 requer uma ação imediata, sublinhando a extrema importância da fiscalização, do comando e controle. Sugeriu, para finalizar, que o fortalecimento e a chamada de projetos para a regularização ambiental, a fiscalização e o comando e controle sejam inseridos como diretrizes.

Marilene Ramos (BNDES) informou que o apoio do Fundo Amazônia ao Ibama soma R\$ 55 milhões que estão disponíveis para apoio logístico das operações em campo em toda a Amazônia.

Everton Lucero (MMA) complementou que o Ministério do Meio Ambiente se encontra com recursos reposicionados e espera que as ações sejam mais efetivas em termos de resultados de fiscalização. Concordou que os novos dados do desmatamento reforçam que a fiscalização é imprescindível, de caráter permanente e que, pelo futuro previsível, deverá continuar sendo uma ênfase central dos esforços para combater o desmatamento.

Mário Nicácio (Coiab) lembrou que a PNGATI abrange terras indígenas fora da Amazônia Legal que também enfrentam pressões por desmatamento e exigem um olhar regimental por parte dos doadores do Fundo, com ações e recursos. Informou que a última reunião do comitê gestor da PNGATI contou com a participação da representante do BNDES, Juliana Santiago, que destacou a importância do apoio direto aos povos indígenas, principalmente na Amazônia.

Comunicou a criação do Plano Integrado de Implementação da PNGATI (PII PNGATI) para o período de 2016 a 2019 de forma integrada por instituições governamentais, organizações indígenas e indigenistas. Enfatizou a necessidade do apoio direto a organizações indígenas, atentando-se para as dificuldades que as mesmas encontram, sobretudo quanto ao tempo de implementação do projeto, à logística e à comunicação. Destacou que o tempo dos povos indígenas é diferente e que esse fator deve ser tomado em consideração.

Prosseguiu informando que a Coiab vem discutindo um formato de projeto a ser apresentado ao Fundo Amazônia, em articulação com a TNC e a Fundação Ford, que contemple a diversidade dos estados amazônicos, para viabilizar o acesso aos recursos.

Ratificou a importância da prevenção no combate ao desmatamento, destacando que há outros problemas como os impactos da construção de hidrelétricas e estradas que afetam não apenas os territórios, mas a vida social dos índios e o desmatamento.

Informou estar em fase de elaboração uma carta conjunta com a sociedade civil, com o Instituto Socioambiental (ISA), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e Operação Amazônia Nativa (OPAN), com proposições sobre o fortalecimento gerencial da Coiab e o fortalecimento do diálogo na Amazônia.



Finalizou frisando o papel da Funai na fiscalização dos territórios indígenas e a necessidade de garantir recursos para o órgão, que deve ser observada pela Casa Civil e outros membros do Comitê e doadores. Lembrou que a demarcação de terras indígenas é imprescindível para a preservação da água, a manutenção das florestas e o equilíbrio do clima.

Everton Lucero (MMA) registrou que a Funai participa pela primeira vez como membro pleno do COFA justamente para ampliar os esforços em favor dos temas expostos pelo representante da Coiab, muito caros ao Fundo Amazônia e à política ambiental brasileira.

3. Apresentação da 4ª fase do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)

Raul Oliveira (MMA) iniciou sua apresentação sublinhando que o principal indicador do plano são as taxas de desmatamento e que as análises realizadas pelo Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento (DPCD) contribuem para orientar a sua estratégia. Mencionou que a meta da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) é reduzir o índice de desmatamento anual da Amazônia em 80% até 2020 em relação à média verificada de 1996 a 2005, representando uma taxa anual de 3925 km².

Informou que desde a 1ª fase do PPCDAM, houve reduções significativas nas taxas de desmatamento, mas reconheceu o momento de estagnação, apesar de os últimos quatro anos terem sido marcados pelas menores taxas, excluindo a referente a 2016. Salientou que a taxa preliminar do Prodes aponta uma tendência de alta expressiva, exigindo que os esforços sejam redobrados. Lembrou a importância da alteração do decreto que autorizou a criação do Fundo Amazônia, que poderá abranger ações em toda a Amazônia Legal, o que abarca uma parte do Cerrado brasileiro. Enfatizou que dados de uma nova série do INPE, em fase de elaboração, mostram também a situação de estagnação do desmatamento no Cerrado, com taxas próximas à meta, sendo um desafio grande para o PPCerrado promover novas reduções do desmatamento nesse bioma.

Prosseguiu mencionando a Política Nacional sobre Mudança do Clima; a Estratégia Nacional para REDD+ (ENREDD+); a NDC brasileira; o Código Florestal e a Lei Complementar 140 como balizadores do PPCDAM na dimensão estratégica do combate ao desmatamento.

Destacou a gestão florestal compartilhada como de grande relevância e explicitou que é necessária uma composição de esforços que extrapola a área ambiental porque perpassa diversas políticas e programas, com o envolvimento de diferentes áreas de governo e setores (como o setor privado, a sociedade civil organizada e os outros poderes, como o Legislativo e o Judiciário). Enfatizou que o combate ao desmatamento é complexo, pois está associado ao próprio modelo de desenvolvimento do país.

No âmbito da dimensão tático-operacional, citou o Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros (PMABB), o PPCDAM e o PPCerrado, os últimos com os seguintes eixos: monitoramento e controle; ordenamento fundiário e territorial; fomento às atividades

produtivas sustentáveis e instrumentos normativos e econômicos. Mencionou que este quarto eixo já existia de alguma forma nos planos anteriores, mas salientou que o MMA propôs torná-lo um eixo por entender que alguns instrumentos normativos e econômicos têm grande potencial para contribuir na redução do desmatamento. Relatou que o MMA realizou o primeiro seminário de discussão da 4ª fase do PPCDAm com pesquisadores, organizações da sociedade civil e outros órgãos de governo e que foram colhidas contribuições para os principais temas inseridos nesse eixo (normas, instrumentos de crédito, mas não apenas de crédito, além de outras iniciativas de incentivo).

Everton Lucero (MMA) declarou que é justamente na construção do eixo de instrumentos normativos e econômicos que se insere a discussão anterior a respeito da criação de uma economia de base florestal sustentável e de como envolver o setor privado.

Raul Oliveira (MMA) acrescentou que a implementação dos planos é complexa, envolvendo o Orçamento Geral da União e uma série de questões que não se restringem às ações de fiscalização.

Apresentou dados sobre o desmatamento na Amazônia, declarando que não houve mudança significativa na área conhecida como Arco de Fogo nos anos de 2014 e 2015, embora haja outras áreas que também apareceram de modo expressivo no Prodes, em geral próximas a grandes obras de infraestrutura e rodovias. Informou que o MMA analisou a ocorrência do desmatamento no período 2012 a 2015 conforme as principais categorias fundiárias: assentamentos da reforma agrária, glebas públicas federais, terras indígenas e unidades de conservação da natureza. Mencionou que a contribuição das terras indígenas, em termos absolutos, é pequena comparada às outras categorias.

Salientou que o desmatamento nas unidades de conservação se concentra basicamente nas UCs localizadas no eixo da BR-163. Chamou atenção para a necessidade de um olhar integrado para as regiões no que se refere ao apoio para os assentamentos e UCs. Relatou que essa é uma das questões que o PPCDAm traz, exemplificando que o ICMBio considera prioritário o combate do desmatamento nas dez UCs com maiores taxas de desmatamento, que respondem por quase 70% do desmatamento em unidades de conservação. No entanto, prosseguiu, há 20 mil famílias vivendo de mineração ilegal na região e se faz necessário refletir sobre o destino delas. Mencionou que outra região prioritária é a chamada Tríplice Fronteira – Amazonas, Acre e Rondônia e registrou que embora o número final do desmatamento tenha ficado acima do esperado, as áreas onde ele está ocorrendo não são novidade, bem como seus vetores: pecuária, exploração de madeira, garimpo.

Raul Oliveira (MMA) registrou que os dez municípios com maior desmatamento, segundo a versão preliminar do Prodes 2016, contribuirão com 35% do desmatamento na Amazônia. Informou que nos últimos quatro anos oito desses municípios apresentaram aumentos consecutivos e esclareceu que a dificuldade para estancar esse desmatamento traduz as discussões com as quais as instâncias do plano se deparam porque não há apenas uma



causa. Informou que o modelo lógico do PPCDAm traz mais de 110 causas que levam ao desmatamento, explicitando o desafio de dar foco ao plano.

No Cerrado, informou que o foco é a região do Matopiba - Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia - onde, em 2014 e 2015, se concentrou maior parte do desmatamento, mas também no Mato Grosso onde foram desmatados mais de 1500 km² de Cerrado entre 2015 e 2016.

Sobre a contribuição de cada categoria fundiária, no âmbito do balanço da terceira fase do PPCDAm, assinalou que de 2012 a 2015, do total desmatado na Amazônia, 36% ocorreu em área privada/livre (parte podem ser glebas estaduais); 27% em assentamentos; 26% em glebas públicas federais; 9% em unidades de conservação e 2% em terras indígenas. Ressaltou que as UCs somadas às terras indígenas compõem quase 45% de toda a Amazônia, enquanto os assentamentos 7%.

Everton Lucero (MMA) reforçou a importância de enfrentar o problema do desmatamento nos assentamentos.

Raul Oliveira (MMA) revelou que ao longo dos anos, Pará e Mato Grosso se destacam na contribuição de cada estado para o desmatamento e que o Amazonas vem aumentando sua contribuição progressivamente, apesar de seu tamanho e grande remanescente florestal, sendo necessário avaliar o que está ocorrendo no estado. Informou que entre 2014-2015, o aumento das taxas de desmatamento se concentrou, especialmente, no Amazonas, Pará e Rondônia. Já em 2015-2016, relatou que quase todos os estados exibiram aumento da taxa, à exceção de Mato Grosso e Amapá (salientou o problema da cobertura de nuvens no último, podendo refletir em mudança no dado consolidado) e complementou dizendo que alguns estados apresentaram aumentos consecutivos, caso do Amazonas, Pará e Tocantins.

No âmbito do arranjo institucional e político do PPCDAm, informou que a instância política superior é o Grupo Permanente de Trabalho Interministerial, de acordo com o Decreto de 3 de julho de 2003, composto por 15 ministérios. Relatou que o grupo foi coordenado pela Casa Civil durante 10 anos e a coordenação passou para o Ministério do Meio Ambiente, em 2013. Salientou que embora a Casa Civil não esteja mais oficialmente no grupo, sua participação na coordenação de todos os ministérios envolvidos é fundamental.

Everton Lucero (MMA) lembrou que esse é o grupo que será convocado para validar o PPCDAm e o PPCerrado.

Raul Oliveira (MMA) prosseguiu descrevendo que abaixo do Grupo Permanente de Trabalho Interministerial está a Comissão Executiva que é composta também por esses ministérios e mais alguns, além de outras entidades. Abaixo, a Secretaria Executiva dos planos, exercida pelo Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento, do MMA. Comunicou que está prevista a criação de grupos de trabalho para cada um dos eixos. Ponderou que é necessária maior interação com os outros entes da Federação, especialmente os estados, a sociedade civil organizada e o setor produtivo. Informou que o MMA é o coordenador da



comissão que é composta pelo Ministério da Fazenda (MF); Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA); Ministério da Integração Nacional (MI); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR); Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic) e pelo Ministério do Planejamento (MP), órgãos comuns aos planos para a Amazônia e Cerrado, segundo o decreto. Acrescentou que ao primeiro plano se soma o Ministério da Defesa (MD), e ao segundo, o Ministério de Minas e Energia (MME) e o Ministério da Justiça e Cidadania (MJ). Informou ainda que os executores das políticas são, muitas vezes, convidados permanentes: Ibama, INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, ICMBio, Funai, Polícia Federal, SFB, Casa Civil, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

No âmbito dos desafios da prevenção e controle do desmatamento, citou que a reserva legal pode ser vislumbrada como um ônus, mas que o intuito da Lei nº 12.651/2012 é fomentar o manejo sustentável com vistas à conservação dos serviços ecossistêmicos que provém. Na Amazônia Legal, o percentual mínimo é 80%. No que tange a ampliação do apoio do Fundo Amazônia para o Cerrado na Amazônia Legal, a realidade difere porque o percentual mínimo é 35% de reserva legal e 65% de possibilidade de uso alternativo do solo. Nesse caso, o desafio é tentar criar alguma adicionalidade na qual o eixo instrumentos econômicos e normativos terá papel fundamental para promover a economia de base florestal.

Manifestou que a elaboração dos planos de ação é complexa e que a revisão demora basicamente o ano todo. Informou que nos dias 05 e 06 de outubro foi realizado pelo MMA o seminário técnico-científico sobre os dados do desmatamento da Amazônia, com uma discussão muito rica entre pesquisadores, sociedade civil, órgãos estaduais e federais e mesas de debates para cada categoria fundiária.

Relatou que foram levantadas algumas questões como, por exemplo, a reconcentração fundiária nos assentamentos. Em relação às glebas públicas federais, responsáveis por 27% do desmatamento, informou que ainda há quase 60 milhões de hectares sem destinação definida. Com a criação da Câmara Técnica de Destinação e Regularização de Terras Públicas Federais na Amazônia Legal, 97% desse passivo foi consultado junto aos órgãos estaduais e federais e boa parte já teve a destinação definida. Ou seja, desses 60 milhões, sete já foram destinados para a criação de UCs ou concessões florestais. Desses, dois milhões já foram efetivamente criados. Uma parte foi para a resolução de conflitos em terras indígenas, outra para assentamentos, outra para que os municípios façam a titulação. A parte antropizada permanece com o Programa Terra Legal para a verificação dos requisitos para a titulação e também para os órgãos estaduais de terra. Há, no entanto, 34 milhões de hectares não destinados sob a gestão do Terra legal. Essa é uma das questões que o PPCDAm vai abordar.



Sobre os objetivos do plano operativo do PPCDAm que remetem à ideia central de que combater o desmatamento não se restringe à fiscalização, Raul Oliveira (MMA) elencou: a promoção da regulação fundiária; o ordenamento territorial com o fortalecimento das áreas protegidas; a responsabilização pelos crimes e infrações ambientais; a efetivação da gestão florestal compartilhada; a prevenção e combate a incêndios florestais; o aprimoramento e o fortalecimento do monitoramento da cobertura vegetal; a promoção do manejo florestal sustentável; a promoção da sustentabilidade dos sistemas produtivos agropecuários e a implementação dos instrumentos normativos e econômicos.

Nas linhas de ação prioritárias, relatou a inovação de tornar visível o grau da governabilidade do Governo Federal para resolver o problema, sendo categorizada em alta, média ou baixa, identificando quais órgãos devem atuar para influenciar também a elaboração e a revisão dos planos estaduais e a orientação de aplicação de recursos.

No plano operativo, quanto aos resultados esperados para 2020, listou no âmbito do objetivo de promover a regularização fundiária: a destinação do passivo de terras públicas federais e a titulação de terras rurais e urbanas que permanecem sob a gestão do Terra Legal. Para promover o ordenamento territorial, fortalecendo as áreas protegidas, citou: o aumento da área protegida por unidades de conservação que sejam efetivamente geridas, terras indígenas em plena posse dos povos, a melhoria na gestão ambiental das TIs e o estabelecimento de diretrizes de uso e ocupação em bases sustentáveis por meio de iniciativas de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) federal e estadual.

Para promover a responsabilização pelos crimes infracionais ambientais, Raul Oliveira (MMA) mencionou: o aumento da punibilidade e da aplicação de medidas repressivas de ilícitos ambientais nas terras indígenas e unidades de conservação e a redução da área florestal degradada por extração ilegal de madeira. Para efetivar a gestão florestal compartilhada: estados mais atuantes na gestão florestal e a implementação do Cadastro Ambiental Rural. Para prevenir e combater a ocorrência de incêndios florestais: a redução das áreas atingidas por incêndios.

Para aprimorar e fortalecer o monitoramento da cobertura vegetal: a manutenção dos sistemas atuais de detecção e mapeamento do desmatamento em tempo real (DETER A e B), o aperfeiçoamento do sistema de detecção e mapeamento do desmatamento e degradação florestal em tempo real (DETER C) e do sistema de detecção e mapeamento do desmatamento em tempo real por radar (SIPAM-SAR) para detectar o desmate abaixo das nuvens e alertar os órgãos ambientais, o monitoramento por satélite das áreas embargadas, a implementação do sistema de estimativa atual de área queimada com resolução de aproximadamente 30 metros, o aprimoramento do sistema de estimativa diária e mensal de área queimada com resolução de aproximadamente 1 km e do monitoramento dos focos de queima de vegetação em tempo quase real com satélites. Para promover o manejo florestal sustentável: aumentar a produção de madeira por meio do manejo florestal sustentável – são necessários bons indicadores para confirmar a hipótese de que quanto mais áreas sob manejo, maior a redução da extração ilegal de madeira – e fortalecer a cadeia produtiva da



sociobiodiversidade com a valorização da floresta. Para promover a sustentabilidade dos sistemas produtivos agropecuários: reduzir a expansão das atividades agrícolas e da pecuária sobre áreas de vegetação natural e fomentar a adoção de práticas sustentáveis na agropecuária.

No eixo de instrumentos normativos e econômicos para o controle do desmatamento ilegal: estabelecer instrumentos econômicos que estimulem a conservação da floresta, elaborar/revisar atos normativos e pactos e acordos setoriais de conformidade/legalidade de cadeias produtivas associadas ao desmatamento. Sublinhou que como esse é um eixo novo, haverá novidades ao longo do tempo.

Everton Lucero (MMA) informou que o PPCDAm depende de validação em nível ministerial, sendo relevante sua elaboração política e o endosso tanto pelo governo, quanto pela sociedade.

Magaly Medeiros (Acre) afirmou que na última reunião do COFA foi exteriorizada a preocupação com a região da Tríplice Fronteira que demanda monitoramento e controle permanente e a atuação integrada entre estados e o governo federal. Afirmou que a decisão de destinar os recursos ao Ibama foi fundamental para conter a taxa de desmatamento e que, apesar da atuação de forma integrada do órgão com os estados em todas as regiões da Amazônia, os resultados ainda preocupam.

Informou que o CAR será uma importante ferramenta para atuar de forma efetiva na fiscalização e controle e que o módulo de análise está sendo finalizando no estado do Acre. Lembrou que a maior parte dos recursos do Fundo Amazônia, segundo dados apresentados por Gabriel Visconti (BNDES), foi destinada ao monitoramento e controle, mas salientou que esse eixo por si só não garante a mudança nas taxas de desmatamento. Afirmou considerar o eixo de instrumentos econômicos essencial para incentivar as atividades que estão atuando de forma correta, distinguindo o desmatamento ilegal das iniciativas econômicas sustentáveis.

Antônio de Andrade (Amazonas) citou que o período de aprovação dos projetos é bastante longo. Sugeriu uma análise total do projeto na qual já fossem incorporadas suas inconsistências para acelerar a tramitação entre os órgãos e o BNDES. Afirmou que os 9% de área desmatada nas UCs, segundo apresentação do PPCDAM, é um número significativo já que ali o desmatamento deveria estar zerado e o remanescente autorizado.

Informou que os indicadores do estado revelam uma curva ascendente no desmatamento, o que revela a demanda por ações eficientes e integradas que envolvam os municípios. Declarou otimismo em relação ao apoio do BNDES à agenda de combate aos incêndios florestais, variável importante para o Amazonas. Outro ponto importante, destacou, é olhar a recomposição florestal como cadeia. Ratificou a necessidade das ações integradas na Tríplice Fronteira.



Informou que hoje, o vetor do desmatamento do Amazonas está no sul do estado onde sete municípios são responsáveis por 67% do desmatamento. Mencionou que o tráfico de drogas é um novo componente dessa cadeia que demanda um combate estratégico, sendo a agenda de comando e controle fundamental. Citou também a importância do fortalecimento da regional do Ibama no Amazonas.

André Baby (Mato Grosso) afirmou que o comando e controle cumpre seu papel, mas que não é suficiente. Informou que Mato Grosso registrou uma queda de 19% no desmatamento, ao contrário do indicado pelo INPE, que revelou 11.000 km a mais do que o calculado pela SEMA-MT, com uma redução de 12% em relação ao último ano. Essa diferença, alegou, pode ser explicada porque o INPE dá um tratamento específico para os 365 dias, enquanto o estado calcula apenas para o período do desmatamento.

Informou ainda a recente realização de um seminário juntamente com o comitê do Plano de Prevenção e Controle de Desmatamento e Queimadas do Estado do Mato Grosso – PPCDMT, e uma apresentação para a imprensa, sociedade civil e setor produtivo das ações que estão previstas no estado para 2017 - 2018 e que serão incorporadas na edição do plano que será lançado nos próximos dois primeiros meses de 2017.

Comunicou o lançamento de um centro integrado de operações ambientais no município de Colniza, que servirá de apoio não apenas para a SEMA-MT, mas contará com a presença maciça da polícia ambiental, além do convite que será realizado para a Força Nacional, Polícia Federal e Ibama. Afirmou ser essa a ação mais simbólica para qual o estado buscará apoio na gestão e no combate ao desmatamento, mas também no financiamento econômico.

Comentou sobre o orçamento do Ibama e do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais – Prevfogo para 2017 e que o Ministro Sarney se comprometeu a auxiliar o estado diante da escassez de recursos dos órgãos federais. Relatou que, diferentemente do Pará, as ações de desmatamento estão muito centradas nos polígonos que oferecem dificuldades no deslocamento em termos de fiscalização, e que a integração com o governo federal é de suma relevância. Informou que 68% do desmatamento estão dentro das áreas de cadastro ambiental rural e que o estado já está agindo junto a esses proprietários e também aos órgãos fundiários.

Ressaltou também que o Mato Grosso lançou o programa Produzir, Conservar e Incluir (PCI), em parceria com o IPAM, no qual o estado age de forma energética no comando e controle, mas visa também dar alternativa ao cidadão, ao pequeno produtor ou a qualquer outro infrator. Há um comitê de governança composto pela sociedade civil, o setor produtivo e empresarial que basicamente tem pensado ações pautadas nas metas apresentadas pelo estado na COP-21, algumas ligadas também a um acordo realizado com o MMA, e a principal delas visa à redução do desmatamento ilegal a zero até 2020.



Citou o apoio do BNDES para o Batalhão de Emergências Ambientais para combater as queimadas, questão central para a taxa de desmatamento, e que demanda apoio de órgãos federais. Afirmou que o estado de Mato Grosso dá a devida relevância ao Fundo Amazônia, que tem auxiliado na sua gestão ambiental. Finalmente mencionou que o estado está construindo uma proposta junto ao Pará para uma ação mais macro no sentido regional.

Adelaide Oliveira (FNABF) expôs uma dúvida em relação ao percentual de legalidade e ilegalidade do desmatamento na apresentação do PPDCAm. Citou o problema da simplificação do processo para o desmatamento legal, afirmando ser hoje muito mais simples aprovar um desmate do que um plano de manejo florestal sustentável. Explicou que o aumento do desmatamento está vinculado à ausência da fiscalização já que há localidades muito distantes dos grandes centros. Solicitou a inserção do setor privado no debate sobre o desmatamento.

Everton Lucero (MMA) afirmou que o MMA não sabe informar quanto da taxa corresponde ao desmatamento ilegal e à supressão autorizada de vegetação porque quem autoriza a supressão legal são os estados.

André Baby (Mato Grosso) comentou que do total do desmatamento no estado para o ano, apenas 5% foi autorizado.

Adelaide Oliveira (FNABF) solicitou o repasse das informações por parte dos estados.

João Bosco (FBOMS) manifestou preocupação com a questão hídrica, sobretudo na região do Araguaia.

Adriana Ramos (FBOMS) afirmou que quando o Cerrado passar a ser foco do Fundo Amazônia, a questão hídrica será fundamental. Declarou que a taxa de desmatamento deve ser o norte do PPCDAm e que o resultado da mesma não é surpresa para quem estava em campo. A grande novidade, prosseguiu, é o aumento do desmatamento em meio à crise econômica, que normalmente representa uma época em que o desmatamento reflui em função da demanda por investimento. E corroborou que nessa situação de emergência, o comando e controle se torna fundamental. Mas manifestou que o PPCDAm não é suficiente, e nesse sentido, ressaltou uma fragilidade do plano no momento em que ele deixa de ser coordenado pela Casa Civil dada a necessidade de discutir ações de maior impacto não só na perspectiva do fomento às atividades sustentáveis, mas também na restrição de crédito a atividades de maior impacto - uma das medidas mais efetivas quando o Brasil alcançou de fato a redução do desmatamento.

Ressaltou que a responsabilidade do governo como um todo, inclusive do BNDES, se torna maior porque os dados mostram que o desmatamento cresceu em regiões de obras de infraestrutura e completou afirmando que a ausência de um novo eixo de infraestrutura é surpreendente ao não ser uma prioridade no plano.



Prosseguiu afirmando ser positivo o reconhecimento da questão da concentração fundiária nos assentamentos. Mencionou que, apesar da manutenção do desmatamento nos mesmos municípios, o mapa apresentado pelo MMA mostra a extrapolação do “Arco do Desmatamento” para a Calha Norte.

Ressaltou que a introdução de um quarto eixo normativo no PPCDAm é fundamental, mas sublinhou ser relevante a participação da Casa Civil, sobretudo no diálogo com o poder legislativo.

Adriana Ramos (FBOMS) relatou que o plano estabelece acertadamente a destinação de áreas como uma prioridade, mas salientou que questões políticas podem interferir negativamente. Afirmou que uma das grandes vantagens do modelo de gestão anterior do plano era o equilíbrio de responsabilidades entre diferentes ministérios e a capacidade de convocação daqueles que estão mais associados aos investimentos que promovem e contribuem para o desmatamento.

Sugeriu que o ordenamento territorial seja uma prioridade para o Fundo Amazônia. Mencionou ainda que o Fundo precisa rever os critérios de apoio a projetos de CAR para aumentar a exigência de que o cadastro funcione efetivamente como sistema de controle e monitoramento, não sendo suficiente apoiar apenas a estruturação do CAR. Afirmou ser interessante a proposta do Fundo, por exemplo, da estruturação de um escritório de apoio aos estados, embora se assemelhe ao subprograma de apoio de recursos naturais do PPG7.

E por fim, na questão do fomento às atividades produtivas sustentáveis, declarou que o Fundo Amazônia já tem boas experiências e que a própria proposta de foco na restauração florestal pode fomentar a cadeia produtiva da restauração de florestas nativas, que é uma necessidade.

4. Discussão sobre as diretrizes do COFA para o próximo biênio 2017 – 2018.

Passou-se para a discussão das diretrizes do COFA para o próximo biênio e dos temas tratados na primeira parte da reunião: a 4ª fase do PPCDAm e as atividades do Fundo Amazônia.

Juan Scalia (Funai) agradeceu ao BNDES pelo empenho em atender a demanda do movimento indígena e da FUNAI para possuir uma cadeira permanente no Comitê. Parabenizou a equipe do BNDES pelo envolvimento no tema indigenista e ressaltou o papel do Fundo Amazônia como agente implementador da política indigenista. No contexto da fase de validação do CAR, demonstrou preocupação na efetivação do cancelamento daqueles sobrepostos em terras indígenas, exemplo da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau. Ressaltou que a Funai está à disposição para colaborar com os governos estaduais no tema, que será de extrema relevância nos próximos anos.



Mencionou a composição orçamentária dos vários órgãos do COFA, sendo mandatária a atuação conjunta entre o governo federal e estadual no âmbito das políticas ambientais indigenistas. Afirmou ainda que a FUNAI faz um trabalho de assessoria parlamentar, fundamental para a Lei Orçamentária Anual para o ano de 2017.

A partir da fala de Mario Nicacio (Coiab), recomendou uma nova interpretação do parágrafo primeiro, do artigo primeiro, do decreto 6527 de 1º de agosto de 2008, que diz: “Poderão ser utilizados até vinte por cento dos recursos do Fundo Amazônia no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais”. Esclareceu que esses sistemas devem ser pensados não apenas no âmbito do monitoramento remoto, mas como sistema de monitoramento e controle participativo em áreas como, por exemplo, o Maranhão e em nascentes dos rios, como o Araguaia. Destacou que a proteção da Amazônia transcende as missões institucionais de cada órgão e que o trabalho conjunto deve ser priorizado em termos de monitoramento e fiscalização.

Juan Scalia (Funai) sugeriu a expansão do conceito de gestão compartilhada, dada a possibilidade de afetação dupla ou até tripla em terras públicas, caso das sobreposições entre TIs e UCs. Afirmou que o Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, vem demonstrando interesse em regulamentar este tipo de situação. Apontou a necessidade de não retroceder em relação ao acordo de Paris e que antecipar objetivos e metas seria uma estratégia interessante. Informou o interesse da Funai em trabalhar no reflorestamento e regeneração e recuperação em terras indígenas, eixo importante da PNGATI e que representa um passivo para o órgão, pois geralmente o processo de demarcação envolve fazendas já consolidadas.

Salientou o papel da Procuradoria Geral da República e dos Ministérios Públicos Federais no combate ao crime organizado, como no caso do garimpo de diamante nas terras dos índios Cinta-Larga. Sugeriu, então, como estratégia uma aproximação com outros poderes e ratificou a importância do papel do Ministério Público Federal.

Enfatizou o apoio direto às associações indígenas como uma demanda histórica, com a criação de assessorias e a implementação de modelos inovadores de gestão. Além disso, salientou a importância da análise reversa da cadeia de produção por demanda, feita por Mário Cardoso (CNI), que pode ser empregada nos casos do pirarucu e da castanha.

Luzimeire Carreira (Tocantins) sugeriu como proposta para as diretrizes de 2017 e 2018, o apoio diferenciado ao Cerrado, sobretudo, para a região do Matopiba. Salientou a importância de criar instrumentos econômicos voltados para uma economia de baixo carbono. Reforçou a necessidade de fortalecimento da gestão municipal, como uma estratégia para melhorar as ações de comando e controle.

Adalberto Val (SBPC) afirmou que grande parte do raciocínio do COFA para a redução do desmatamento gira em torno de ações de comando e controle, sendo necessária uma ação



integrada e ampla, com novos paradigmas que envolvam as populações tradicionais, responsáveis por manter a floresta em pé. Ressaltou que a inclusão social, a geração de renda, a socialização da informação e, especialmente, a educação são fundamentais.

Reforçou a importância dos objetivos de desenvolvimento do milênio que demandam um *downscale*, o trabalho com microrregiões e até submicrorregiões, respeitando a diversidade ambiental e cultural das mesmas. Demandou maior participação das universidades e institutos de pesquisa na geração de informações necessárias para ações mais efetivas na região. Além disso, destacou que é preciso pensar nas cadeias da sociobiodiversidade (peixes, óleos essenciais e castanha).

Marcelo Creão (Amapá) informou que o estado está finalizando um projeto de educação que adequará o calendário escolar aos aspectos culturais das comunidades amazônicas. Comunicou ainda que possivelmente haverá um aumento nos índices de desmatamento do Amapá. Parabenizou o governo do Amazonas pela efetiva discussão sobre uma matriz econômica ambiental e sugeriu uma estratégia integrada e pactuada com outros secretários para pensar em como levar o benefício dessa política pública para o agricultor, quilombola, extrativista, pescador e o indígena, apresentando uma estratégia diferenciada para 2017-2018.

Comentou a proposta para a criação de um programa nacional ou amazônico de aquisição de mudas, sementes e plantas que foi levada à Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Governo Federal, na qual os estados cadastrariam os interessados e o BNDES, via Fundo Amazônia, transferiria recursos de forma direta aos participantes.

Magaly Medeiros (Acre) ratificou as palavras de Marcelo Creão (Amapá) e acrescentou ser relevante pensar em instrumentos econômicos que possibilitem o incentivo a produtores que atuem na recuperação de áreas degradadas. Sugeriu apresentar ao BNDES um programa integrado para a Amazônia em que se possa ampliar a proposta do Programa Produtor de Água para os estados.

Mario Cardoso (CNI) afirmou que na atual conjuntura de escassez de recursos faz-se necessário o bom uso dos recursos pelos entes públicos, principalmente pelo governo. Atentou para a necessidade de melhorar a articulação institucional entre os órgãos estaduais e federais. Prosseguiu declarando que é necessário que a sociedade saiba quanto do desmatamento que está ocorrendo é ilegal. Nos casos ilegais é necessária a ação da polícia, mas nos legais, manifestou que devem ser empregados instrumentos como o CRA (a cota de reserva ambiental), o pagamento por serviços ambientais (PSA) e outros que incentivem a conservação florestal.

Justiniano Netto (Pará) exaltou a nova fase do PPCDAm. Afirmou que o comando e controle não é a solução para o desmatamento, sendo cruciais ações estruturantes voltadas à pesquisa e ao desenvolvimento sustentável. Justificou o tom de urgência no que se refere à



realidade do Pará onde se identificou o aumento do desmatamento criminoso que demanda uma ação mais rígida de fiscalização em conjunto com outras políticas vigentes.

Manifestou interesse na agenda do MMA em relação a algum encontro com os estados e a medidas imediatas para a destinação de glebas públicas federais no curto prazo. Adicionalmente, solicitou informações sobre a vigência do Sistema Nacional de Controle da Origem e dos Produtos Florestais (Sinaflor). Demonstrou, por fim, preocupação com a transferência da coordenação do PPCDAm da Casa Civil para o MMA.

Em resposta a Justiniano Netto (Pará), Everton Lucero (MMA) afirmou que diante da complexidade da questão fundiária na região Amazônica, no eixo de regularização fundiária existe uma mobilização que está aquém da capacidade do ministério. Ressaltou que nem todos os eixos precisam retornar para uma instância como a Casa Civil, mas destacou o fato do Incra estar vinculado à Casa Civil, tendo esta um papel relevante de apoio no eixo de regularização fundiária.

Com relação à participação dos estados na governança do PPCDAm, afirmou que o MMA está aberto para identificar o melhor modo para realizar esse diálogo e está estudando a possibilidade de que os estados da região possam participar como convidados dos grupos de trabalho específicos que correspondem aos eixos do plano. Com relação a glebas públicas federais, informou que esta é uma questão da 4ª fase do PPCDAm e que efetivar a gestão é um resultado esperado, até 2020, do objetivo de promover a regularização fundiária.

Raul Oliveira (MMA) complementou afirmando que o Fórum de Secretários de Meio Ambiente da Amazônia Legal é o espaço ideal para essa integração de esforços entre os estados e que as reuniões semestrais são um instrumento de articulação no qual poderiam ser colocados os desafios e perspectivas de seus planos estaduais, assim como as demandas dos estados para o governo federal e vice-versa.

Com relação ao Sinaflor, informou que já existe uma construção das linhas de ação e que é prioritário promover sua interoperabilidade com os sistemas estaduais. Sobre a destinação de terras federais, noticiou que no início do PPCDAm havia 60 milhões de hectares não destinados e que houve grande avanço com a conclusão da consulta sobre a destinação de 97% dessas áreas. Comunicou que o próximo passo é o encaminhamento à Secretaria de Patrimônio da União e posteriormente ao órgão ao qual essa área foi destinada, que criará as condições de gestão. Destacou, como linha de ação, o mapeamento das áreas estaduais e o ordenamento do território.

Paulo Moutinho (IPAM) afirmou que os resultados do Fundo Amazônia e do PPCDAm precisam ser mais explorados em conjunto. Propôs formalmente ao COFA a realização de um processo de síntese dos resultados dos projetos que atenda a uma demanda do MMA e do PPCDAm por meio de publicações ou seminários, além de um processo de avaliação *ad hoc* dos resultados dos mesmos.



Fabiana Souza (Casa Civil) comentou que com a mudança de governo é comum que os processos não homologados e com análise não encerrada retornem a seus órgãos de origem para a verificação da manutenção das condições administrativas, judiciais e jurídicas. Salientou a grave questão dos assentamentos no Brasil, na qual o Incra tem sob sua gestão cerca de 8000 unidades com beneficiários que não possuem título de domínio ou concessão de direito real de uso (CDRU). Informou que será aprovada uma medida provisória que permitirá a titulação de todos estes lotes no médio prazo, o que facilitará a sustentabilidade da produção nestes assentamentos. Questionou como o Fundo Amazônia pretende se planejar em relação aos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), registrando a importância de se observar os mesmos. Em relação à composição do COFA, enfatizou a necessidade de representação da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), além da Casa Civil. Finalmente, afirmou ser importante que o MMA continue coordenando o plano e que a Casa Civil possa ser participante oficial.

Everton Lucero (MMA) agradeceu as palavras de Fabiana Souza (Casa Civil) e sugeriu continuar a discussão em Brasília, explorando qual seria o melhor modo de articulação com a Casa Civil em virtude das novas fases do PPCDAm e do PPCerrado. Informou ainda que o governo do estado do Amazonas externou ao MMA o interesse de que o BNDES e o Fundo Amazônia conheçam mais a realidade do estado e que a realização de uma próxima reunião do COFA no estado poderia representar uma possibilidade de aproximação.

Adalberto Val (SBPC) sugeriu uma conversa específica sobre o subcapítulo “Amazônia”, no âmbito da Rede Global de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ONU), na qual coordena a parte científica.

Everton Lucero (MMA) salientou que na perspectiva do MMA, para avançar no combate ao desmatamento, é preciso aproximar e conciliar as agendas de comando e controle com a de desenvolvimento sustentável. Destacou que desenvolvimento sustentável significa oferecer condições mínimas de subsistência e vida digna para as populações que vivem na floresta, da floresta e para a floresta. Informou que o Brasil já se comprometeu com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, tendo inclusive um mecanismo interno de coordenação estabelecido e, portanto, tem muito a agregar na aproximação com a agenda do Fundo Amazônia.

Comunicou que o MMA criou um grupo interno para elaborar a política nacional de combate a incêndios florestais e manejo integrado do fogo, que está minutando um projeto de lei que estabelecerá tal política, instrumentos, objetivos e toda uma série de normas e que vai envolver diferentes esferas da Federação e também entes privados. Destacou, igualmente, que este é um tema relevante e que será oportunamente trazido à discussão com a sociedade.

Decisões e encaminhamentos

O COFA decidiu que o BNDES e o MMA trabalharão na preparação de uma minuta de diretrizes para o próximo biênio, a partir dos subsídios coletados nesta reunião, com base nas apresentações realizadas pelo BNDES e pelo MMA e de todos os comentários e sugestões recebidas. A minuta será encaminhada a todos os membros, anteriormente à próxima reunião deste Comitê, para a apresentação de propostas de alterações e consolidação.

Foi decidido sem objeção nesta reunião que as diretrizes atuais permanecerão válidas até a próxima reunião ou até a aprovação das novas diretrizes.

Informes

a) Plataforma “Indicar”

Ana Carolina (IPAM) informou que a plataforma “Indicar” é uma iniciativa que o IPAM vem desenvolvendo junto a quatro estados da Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Mato Grosso e Pará). Explicou que essa é uma ferramenta de monitoramento de impacto que busca identificar os resultados das políticas adotadas como prioritárias no âmbito dos planos de controle do desmatamento, ao invés de olhar o que não está sendo executado, por meio do emprego de taxas, um indicador mais objetivo e que foi construído em parceria com os estados. Acrescentou que os planos são compostos por três eixos temáticos: monitoramento e controle; regularização e ordenamento fundiário; e fomento às atividades produtivas sustentáveis e que a plataforma busca trazer o resultado mais objetivo das políticas dentro de cada um desses eixos.

Relatou que a construção da plataforma iniciou-se em 2013 e que já está disponível para o acesso online. Informou que essa versão inicial é experimental, e que, portanto, está recebendo sugestões e contribuições de aprimoramento. Comunicou que, na próxima fase, novos protocolos para coleta e sistematização de informações serão pensados. Defendeu a ampliação da plataforma para outros estados e informou que já existe um diálogo com os estados de Tocantins e Amapá. Alertou que quanto mais estados estiverem dentro dessa iniciativa, mais o processo de monitoramento de impactos amadurece e o problema histórico de falta de informações tende a ser superado. Finalmente, destacou que a informação deve ser organizada para que possa ser utilizada, possibilitando posteriormente o aprimoramento das políticas de uma forma inovadora.

Adriana Ramos (FBOMS) solicitou ao MMA acesso aos documentos de justificativa apresentados pelo MMA ao BNDES conforme requerido no item 13 dos focos do biênio 2015-16 (excepcionalização à condicionante de adicionalidade de recursos no bioma Amazônia). E



reforçou a sugestão que foi apresentada por Juan Scalia (Funai) de consideração da PNGATI na perspectiva também do eixo de comando e controle.

Mário Nicacio (COIAB) fez um apelo para que seja priorizada a implementação da PNGATI.

Gabriel Visconti (BNDES) informou que todas as propostas serão analisadas para que se possa incorporar às diretrizes atuais, revê-las e retificá-las com o objetivo de elaborar um primeiro documento. Especificamente em relação à proposta de Juan Scalia (Funai), afirmou que será estudada internamente a fim de verificar se é possível apenas uma reinterpretação ou se seria necessário uma mudança de decreto.

b) 22ª Conferência das Partes sobre Mudança do Clima (COP 22)

Everton Lucero (MMA) informou que foi aberto um processo de regulamentação do Acordo de Paris, que deve durar dois anos, e que perpassará vários aspectos como transferência de tecnologia, capacitação, adaptação, mercados, financiamento e etc. Mencionou a preocupação em relação à continuidade do processo em face da eleição nos Estados Unidos, mas ressaltou que houve consenso sobre defender sua irreversibilidade e que, politicamente, essa foi a sinalização mais importante da COP22: o processo multilateral centrado na Convenção-Quadro, no Protocolo de Kyoto e no Acordo de Paris é irreversível.

Enfatizou que a delegação brasileira contribuiu para essa posição ao entender que o Acordo de Paris oferece uma oportunidade ao país de aprofundar o desenvolvimento em bases sustentáveis, com vistas à criação de uma economia de baixo carbono no longo prazo. Por último, salientou ser essa a orientação do MMA em todos os diálogos dos quais participa, seja no âmbito governamental ou com a sociedade.

No contexto da COP 22, relatou o evento “The Amazon Fund as a financial instrument for REDD+: fostering sustainable development in tropical forests”, no dia 12 de novembro, promovido pelo Fundo Amazônia/BNDES, com a participação de vários parceiros e integrantes da delegação brasileira. Informou que o Fundo participou também da apresentação sobre a estratégia Nacional de REDD+, promovida pelo MMA; do evento “Advances and perspectives for the implementation of sub-national REDD+ programs in the Brazilian Amazon”, promovido pela Fundação Amazonas Sustentável; e foi tema de exposição no Global Landscape Forum.

Everton Lucero (MMA) complementou informando que o Fundo e o MMA estiveram presentes no evento organizado pela Noruega, no dia 13 de novembro, para discutir políticas de combate ao desmatamento junto a outros países de coberturas florestais e demais doadores.

Gabriela Guimarães (Funai) comentou que a Funai promoveu um evento no espaço Brasil, no dia 17 de novembro, que contou com a presença de servidores do órgão e também de lideranças indígenas para discutir a PNGATI, as iniciativas indígenas de gestão ambiental e



territorial e sua contribuição para o equilíbrio climático. Informou que nesta ocasião foram apresentados dados comparando o desmatamento dentro e fora de terras indígenas e as iniciativas que vêm sendo adotadas pelos indígenas (proteção, vigilância e combate a incêndio).

Mário Nicacio (COIAB) reforçou a importância da participação indígena em fóruns internacionais e afirmou que experiências de manejo do fogo, da PNGATI e de sustentabilidade podem ser instrumento de intercâmbio com outros países.

c) Reunião anual com os doadores do Fundo Amazônia de 2016

Angela Skaf (BNDES) comunicou a realização da reunião anual com doadores do Fundo Amazônia, em Oslo, que contou com a participação das delegações do BNDES, do MMA, bem como de representantes da Noruega e da Alemanha. Também citou a realização do evento “The Amazon Fund: Combining conservation and development in the Brazilian rainforest”, no qual estiveram presentes representantes da sociedade civil e dos governos estaduais e federal, beneficiários do Fundo Amazônia.

Everton Lucero (MMA) comentou que a reunião, a primeira realizada fora do Brasil, foi bem sucedida e que o relatório das atividades, apresentado pelo BNDES, foi elogiado pelos doadores. Afirmou também ter sido um momento de renovação da cooperação com a Alemanha e a Noruega em relação à continuidade do Fundo Amazônia.

d) Primeiro ano da Estratégia Nacional para REDD+ do Brasil (ENREDD+)

Everton Lucero (MMA) informou que neste primeiro ano da ENREDD+ foram criadas as câmaras consultivas e temáticas relacionadas ao pacto federativo; salvaguardas e captação; e distribuição de recursos não reembolsáveis; sendo que as duas primeiras contam com a participação do BNDES, dos estados e da sociedade civil. Noticiou também que o Grupo de Trabalho Interministerial sobre REDD+ (GT REDD+) desenvolveu o primeiro nível de referência de emissões florestais (FREL, na sigla em inglês) do Cerrado que será encaminhado à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Informou que a Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD) tem trabalhado na operacionalização da descentralização da captação de recursos e também na aprovação de uma resolução de princípios gerais orientadores para a captação descentralizada. Afirmou que a CONAREDD é a instância que vai definir os critérios que habilitarão a captação direta, sobretudo por entidades subnacionais, dentro de certos percentuais e de acordo com as regras que foram estabelecidas.

Finalmente, informou que foi enviada ao Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, uma demanda de revisão da composição da CONAREDD, com vistas à ampliação da participação de estados e da sociedade civil, em particular o setor privado, e que uma primeira minuta de revisão do decreto está sendo avaliada.



e) Oficina “Fundo Amazônia desafios e perspectivas”

Everton Lucero (MMA) informou que foi realizada no BNDES, em 7 de outubro 2016, a oficina “Fundo Amazônia desafios e perspectivas”, com a presença da presidente do BNDES Maria Silvia Bastos Marques, e que o evento contribuiu para a formulação de desafios e propostas que enriquecerão as diretrizes do COFA para o próximo biênio.

f) Alterações introduzidas pelo Decreto nº 8.773/2016 ao Decreto nº 6.527/2008, que dispõe sobre o Fundo Amazônia

Daniela Baccas (BNDES) informou que a principal alteração foi a ampliação da área de atuação do Fundo Amazônia, de bioma Amazônia para Amazônia Legal, para a realização de aplicações não reembolsáveis de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável dos recursos naturais.

Proseguiu afirmando o entendimento de que essa mudança de abrangência de atuação do Fundo Amazônia, introduzida por força do Decreto nº 8.773, de 11.05.2016, deveria desde já ser considerada no que tange às “diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia e focos de atuação para o biênio 2015 e 2016”. Esclareceu que, dessa forma, onde se lê nessas diretrizes bioma Amazônia deve-se doravante entender Amazônia Legal.

Acrescentou que devido à ENREDD+, concebida no âmbito nacional por intermédio do Decreto nº 8.576/2015, foi estabelecido que o Fundo Amazônia deverá atender a essas diretrizes. Logo, além do PPCDAm, há esse outro componente, ainda em discussão. Porém, quando as diretrizes já estiverem estabelecidas, caberá ao Fundo observá-las.

Consultados por sua presidência, os membros do COFA não manifestaram objeção a esse entendimento.

Informou que havia uma vedação para a renovação de nomeação para o mandato de representantes do COFA por mais de uma vez seguida. Mas agora não há mais essa restrição, podendo o mesmo representante ser reconduzido sucessivas vezes.

Também no que tange à ENREDD+, ressaltou que o Decreto nº 8.773/2016 - que alterou o Decreto nº 6.527/2008 - já predisciplinou que o Fundo Amazônia, por intermédio do BNDES, é elegível para as captações no âmbito da ENREDD+, preservando suas características.

Comunicou ainda uma alteração na composição do Comitê. O Ministério da Justiça, por intermédio da Funai, terá uma representação no COFA e a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) foi extinta.

Decisões e encaminhamentos

O COFA reconheceu a modificação da área de abrangência de atuação do Fundo Amazônia de bioma Amazônia para Amazônia Legal nas "Diretrizes e Critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia e focos de atuação para o biênio 2015 e 2016", em alinhamento com o estabelecido no Decreto nº 6.527, de 01.08.2008, conforme redação dada pelo Decreto nº 8.773, de 11.05.2016.

Encaminhamentos

Everton Lucero (MMA) registrou a sugestão de que no próximo ano uma das reuniões seja feita na região da Amazônia Legal, destacando o interesse do estado do Amazonas e Mato Grosso em sediar a reunião do COFA.

Joao Bosco (FBOMS) sugeriu que constasse nas diretrizes para o próximo biênio a questão hídrica. Everton Lucero (MMA) comentou que apoia a inclusão da temática supracitada.

A próxima reunião do COFA deverá ser agendada para a segunda quinzena de março de 2017.

Encerramento

Everton Lucero (MMA) tomou a palavra, agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião.

6. Membros do COFA presentes à reunião:

Ministério do Meio Ambiente

Everton Frask Lucero (suplente)

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações

Andrea Ferreira Portela Nunes (suplente)

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Edson J. Leite (representante)

Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio

Juan Felipe Negret Scalia (titular)

Casa Civil da Presidência da República

Fabiana Cardoso Martins de Souza (titular)



Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Marilene Ramos (titular)
Gabriel Rangel Visconti (suplente)

Estado do Acre

Carlos Edegard de Deus (suplente)

Estado do Amazonas

Antônio Luiz Menezes de Andrade (representante)

Estado do Mato Grosso

André Luis Torres Baby (titular)

Estado do Pará

Justiniano de Queiroz Netto (suplente)
Maria Gertrudes Oliveira (representante)

Estado do Roraima

Rogério Martins Campos (titular)

Estado do Tocantins

Luzimeire Ribeiro de Moura Carreira (titular)

Estado do Amapá

Marcelo Ivan Pantoja Creão (titular)

Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – FBOMS

João Bosco Campos dos Santos (titular)
Adriana Ramos (suplente)

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB

Mario Nicacio (suplente)

Confederação Nacional da Indústria – CNI

Mário Augusto de Campos Cardoso (titular)

Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal - FNBF

Adelaide de Fátima Gonçalves de Oliveira (representante)

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG

Antoninho Rovaris (titular)



Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC

Adalberto Luis Val (titular)

7. Representantes que não compareceram

Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior

Ministério das Relações Exteriores

Estado do Maranhão

Estado de Rondônia

8. Especialistas, convidados e observadores

| Externos | |
|----------------------|-------------------------|
| Representação | Nome |
| Embaixada da Noruega | Priscilla Santos |
| MMA | Raul Xavier de Oliveira |
| GIZ | Helmut Eger |
| GIZ | Janina Budi |
| BNDES | Ana Paula Silva |
| BNDES | André Ferro |
| BNDES | Angela Skaf |
| BNDES | Claudia Nessi |
| BNDES | Fabio Plotkowski |
| BNDES | Daniela Baccas |
| BNDES | Nabil Moura Kadri |
| BNDES | Bernardo Braune |
| BNDES | Pauliane V. Oliveira |
| FUNAI | Gabriella Guimarães |
| FUNAI | Fernando Vianna |
| IPAM | Ana Carolina Crisotomo |

FUNDO AMAZÔNIA

| | |
|-----------|--------------------------|
| PETROBRAS | Christiano P. de Campos |
| SEMAS/PA | Maria Gertrudes Oliveira |
| SEMAS/MT | Railda Assis dos Santos |